ENTRE A SEGREGAÇÃO E A RESISTÊNCIA: A GEOGRAFIA DA LUTA POR MORADIA EM FOZ DO IGUAÇU

Gabriel Muxfeldt [1]
Orientadora: Dr. Prof. Léia Aparecida Veiga [2]

[1] UEL; Londrina, Paraná – E-mail: Gabriel.muxfeldt@uel.br ORCID: 0009-0003-1063-0890
[1] UEL; Londrina, Paraná – E-mail: leia.veiga@uel.br ORCID: 0000-0002-7870-293X

RESUMO EXPANDIDO

A urbanização contemporânea, engrenada nas exigências do período técnico-científico, consagra a cidade como uma arena de racionalidades muitas vezes opressoras, onde o uso corporativo do território se sobrepõe, de forma sistemática, à urgência da reprodução da vida. Foz do Iguaçu, cravada na tensão da tríplice fronteira, não escapa a essa voracidade. Historicamente, sua malha urbana foi moldada pelo choque modernizador da construção da Usina de Itaipu na década de 1970 e pela expansão de um circuito turístico que, ao mesmo tempo que projeta a cidade ao mundo, a fragmenta internamente.

A atração massiva de força de trabalho, aonde milhares de trabalhadores foram necessários para erguer a colossal infraestrutura energética esbarrou na incapacidade estrutural de absorção dessa população, legando um rastro profundo de exclusão, estrangulamento da infraestrutura e precariedade habitacional.

O cenário turístico da cidade fronteristica acaba fortalecendo esse processo nos períodos pós ditadura. Sendo palco das Cataratas do Iguaçu, sede da maior hidrelétrica da América Latina e nó de intercâmbio com o Paraguai e a Argentina, Foz tornou-se um laboratório de tensões globais, onde a vocação para o trânsito internacional de mercadorias e pessoas convive com o isolamento severo de suas periferias.

Assim, nessa estrutura geográfica, revela-se a face mais contundente da produção desigual do espaço. O Estado, pautado por lógicas neoliberais e empresariais, abdica de um planejamento territorial voltado ao desenvolvimento social equilibrado para atuar como fiador da inserção competitiva da cidade nas rotas globais. O resultado materializa-se em uma paisagem marcada. Enquanto as porções do território dotadas de maior densidade técnica são preparadas para o visitante e para o capital rentista, extensões estratégicas são deliberadamente mantidas como vazios urbanos pela especulação. Essa retenção especulativa da terra passa longe de ser uma disfunção; ela é a própria substância da acumulação imobiliária, forjando uma escassez artificial que alçou Foz do Iguaçu ao infeliz posto de aluguel residencial mais caro do Paraná. A segregação socioespacial consolida-se, sob a chancela velada da norma urbana, como o instrumento tático que afasta a classe trabalhadora de seu direito à moradia digna e à centralidade.

É no centro desse processo de espoliação do território que emergem diferentes formas de contraponto à lógica hegemônica, instâncias em que a vida popular reafirma sua presença no processo de produção do espaço. As ocupações irregulares e a crescente articulação de movimentos de sem-

teto não surgem, aqui, como meros reflexos de uma pobreza demográfica, mas como respostas ativas à mercantilização excludente da cidade. Ao confrontar um planejamento territorial que blinda o capital especulativo, a luta pela habitação em Foz do Iguaçu escancara o embate incontornável entre o espaço abstrato do mercado fundiário e o espaço banal do habitante. Essas ocupações tensionam a organização urbana, revelando o conflito estrutural entre um modelo de desenvolvimento voltado ao rentismo e as necessidades imperativas daqueles que teimam em materializar, sobre o chão, o direito à moradia e à cidade.

Milton Santos (2006, p. 181) descreve que o espaço é moldado pela unidade dos acontecimentos e pela cumplicidade das formas. Longe de ser um processo inerte, a organização espacial é a expressão viva de fluxos e fixos que se tensionam permanentemente. Em nossa investigação, esse conceito é o fulcro para compreender como as forças do capital global não apenas ocupam, mas instrumentalizam estrategicamente o território de Foz do Iguaçu. Santos (2006) pontua que não existem territórios neutros; cada porção do território é alvo de disputas de poder.

Nesse sentido, a especulação imobiliária revela-se como o motor que converte o território urbano em mercadoria, mantendo vazios estratégicos enquanto empurra as classes subalternas para longe das infraestruturas. É nesse cenário que a luta por moradia deixa de ser uma demanda isolada para se tornar o principal vetor de contraponto, tensionando o uso corporativo do espaço e reivindicando a função social da terra contra a lógica de valor.

De mesma forma, Raffestin (1993, p. 150) expõe que o território deixa de ser um mero suporte físico e passa a ser compreendido como o campo onde grupos sociais dominantes e os agentes do grande capital projetam suas estratégias de poder e controle. O autor explica que no período técnico-científico, esse domínio se materializa na capacidade que essas elites econômicas possuem de estruturar e manipular as redes urbanas, estabelecendo uma rígida assimetria entre os fluxos que geram valor para o capital corporativo e os espaços relegados à reprodução da vida popular. Quem detém o poder sobre essas malhas não dita apenas os ritmos da circulação, mas também a própria distribuição espacial da infraestrutura, decidindo quais porções da cidade devem receber investimentos e quais devem ser estrategicamente controladas. Essa geometria do poder cria uma seletividade territorial que prepara o terreno para uma das faces mais violentas da espoliação urbana: a manipulação deliberada da terra por meio da especulação imobiliária. Ao converterem o direito ao espaço em um jogo de escassez e valorização rentista, esses atores hegemônicos fraturam o tecido social e empurram a classe trabalhadora para as margens da legalidade e da centralidade urbana.

Sob a égide de um planejamento centralizado e, por vezes, conivente com os interesses das elites locais e dos promotores imobiliários, a ação do Estado tendeu a privilegiar a valorização do solo em áreas estratégicas, relegando as populações de baixa renda à periferização e à ocupação de espaços segregados. Esse cenário de diferenciação socioespacial evidencia um claro descompasso entre o crescimento demográfico e a dotação de infraestrutura e serviços públicos, materializando um ordenamento urbano que, ao invés de universalizar o direito à cidade, aprofunda as lógicas de exclusão e os conflitos socioambientais nas margens do tecido urbano planejado.

O território de Foz do Iguaçu materializa uma profunda segregação socioespacial, onde a racionalidade do meio técnico se volta, de maneira deliberada, para a despossessão da classe trabalhadora em suas áreas de maior centralidade. Longe de configurar uma disfunção acidental de gestão, a pressão ininterrupta pela desterritorialização de assentamentos historicamente consolidados, a exemplo da Comunidade Monsenhor Guilherme (Ribeiro e Cardin, 2014), demonstra as características da produção capitalista do espaço. Trata-se de um empreendedorismo urbano orquestrado para higienizar a paisagem e garantir a acumulação, cedendo margem à aliança entre a especulação imobiliária e a expansão de megaprojetos turísticos, como o Projeto Beira Foz. À medida que a terra urbana é capturada pela lógica da financeirização e retida como reserva de valor

excludente, o território sofre uma aguda fragmentação, operando por lógicas antagônicas de apropriação: de um lado, consolidam-se espaços luminosos e enclaves hipervalorizados que concentram os fixos do capital e monopolizam os investimentos, frequentemente blindados por parcerias público-privadas; do outro, irrompe a resistência territorial de sujeitos que, mesmo sistematicamente submetidos à espoliação urbana e empurrados para as periferias da precariedade estrutural, tensionam a vitrine globalizada da fronteira. Ao afirmarem suas existências no chão, provam, no embate espacial cotidiano, que o espaço vivido transborda e desafia de forma conflituosa o espaço concebido e o planejamento normativo patrocinado pelo Estado.

Nesse sentido, podemos também analisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável (PDDIS/FOZ). O método fundamentado no materialismo histórico-dialético orienta a busca pelas contradições, pelos silenciamentos e pelos interesses de classe que o Estado materializa no documento (Evangelista, 2008).

O texto do PDDIS/FOZ é construído sobre pilares discursivos como "desenvolvimento integrado sustentável", o documento enfatiza a "gestão democrática" (Art. 9º) e o defende a "função social da cidade" (Art. 4º). Dialeticamente, essas categorias atuam como amortecedores de conflitos, colocando o planejamento urbano para atende a todos de forma igualitária, quando, na prática material, o espaço urbano é disputado assimetricamente.

O Art. 20, inciso VII, define explicitamente "o turismo como vocação principal" do município, no inciso III, foca no "mercado externo e grandes empresas" como base para o desenvolvimento socioeconômico. O PDDIS/FOZ apresenta diversos instrumentos jurídicos e urbanísticos (Estatuto da Cidade) que, embora travestidos de modernidade administrativa, frequentemente operam como motores de exclusão territorial. As "Operações Urbanas Consorciadas" (Art. 42) são descritas como um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município com a participação de "investidores privados". O parágrafo 3º do Art. 42 permite a "modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo" nestas operações. Isso significa que o Estado flexibiliza a regulação para o capital privado moldar o espaço valorizado, o que impulsiona a especulação imobiliária, encarece o solo urbano e expulsa a classe trabalhadora para as franjas da cidade, materializando a exclusão.

.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia Urbana; Especulação Imobiliária; Uso Corporativo do Território; Foz do Iguaçu.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. (bolsistas CNPq) "O(s) autor(es) agradece(m) ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado concedida (Processo nº PPGEO/UEL EDITAL 003/2025).

REFERÊNCIAS

Cardin, E. G., & Ribeiro, D. G. Reforma urbana e luta de classes: um estudo dos conflitos urbanos na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná. In: *V Seminário Internacional América Platina*, 2014, Dourados-MS. Fronteiras, Resistências e Rupturas., 2014. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/41347793/Reforma_Urbana_e_Luta_de_Classes-libre. Acesso em: 25 mai. 2026.

Foz Do Iguaçu (Município). Gabinete do Prefeito. *Lei Complementar nº 271*, de 18 de julho de 2017. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável PDDIS/FOZ, que define princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a realização das ações de planejamento no Município de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: Assembleia, 2017. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr. Acesso em: 25 mai. 2026.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. São Paulo: e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.